

Brasil quer trocar dívida por verbas para alfabetização

JORNAL DO BRASIL
17 DEZ 1989

O Brasil vai propor, com a aprovação de todos os países latino-americanos, a conversão de parte da dívida externa em programas educacionais para o ensino básico, na Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, que acontecerá em março do ano que vem, na Tailândia. O evento será a abertura oficial do Ano Internacional da Alfabetização, marcado para 1990 pela Unesco. Cada continente levará propostas tiradas a partir de reuniões com representantes de seus países.

A proposta brasileira foi apresentada em Quito, Equador, há duas semanas, na reunião preparatória da América Latina para a conferência da Tailândia, e aprovada por unanimidade pelos demais representantes latinos. "Não há como erradicar o analfabetismo de outra maneira. Sem resolver o problema da dívida externa, a conferência acabará virando apenas um encontro de boas intenções", avalia um dos quatro delegados brasileiros em Quito, professor José Eustáquio Romão, vice-presidente da Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização, criada pelo Ministério da Educação, que reúne cerca de 25 entidades educacionais e é presidida pelo educador Paulo Freire.

Houve somente uma manifestação, extra-oficial, desfavorável à proposta brasileira, do representante do Banco Mundial no evento. "Ele estava muito irritado nos corredores", conta Romão. A contraproposta de se criar, com a verba destinada ao pagamento da dívida, um fundo que seria administrado pelo Banco Mundial e repassado aos programas de alfabetização de cada país, foi rejeitada pela delegação brasileira, já que o escoamento de recursos para fora do país continuaria acontecendo.

Romão acredita que a "simpátia" com que foi recebida pelos demais países do Terceiro Mundo a idéia de conversão de parte da dívida em programas para educação praticamente garantirá que a medida seja aprovada na conferência mundial. "Os países do Terceiro Mundo estarão em maioria no encontro e, sendo todos signatários, ganharemos força", afirma. A proposta deverá ser incluída na Declaração dos Direitos da Alfabetização, que será assinada na ocasião.

Não ficou estabelecido na proposta brasileira como será operacionalizado o emprego do dinheiro. O prioritário, acreditam os representantes brasileiros, é aprovar a medida. "Concluimos que discutir agora este tipo de questão poderia provocar polêmicas e colocar em risco a questão básica", diz Romão.

Segundo seus cálculos, não seriam necessários mais do que 10% anuais do montante da dívida externa, hoje em torno de US\$ 115 milhões, para resolver a questão da alfabetização. Hoje, o custo educacional de uma criança da zona rural do Nordeste é de US\$ 50 ao ano, contra os US\$ 500 para uma criança da zona urbana de São Paulo. Chegando-se a uma média vantajosa, teria-se US\$ 300 por criança. Multiplicando-se a quantia pelos 40 milhões de pessoas analfabetas ou fora da escola em idade escolar tem-se US\$ 12 mil, como contabiliza o professor. "Não é nada absurdo", diz.

Analfabetismo é o mal de 31 milhões

Alfabetizar e Libertar é o nome do documento que a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Alfabetização preparou, durante cinco meses, para levar à Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, em março. No documento, há um panorama da alfabetização no Brasil e um cronograma de ação para se traçar um programa nacional de combate ao analfabetismo.

Na primeira parte, mostra-se que está no Brasil a maioria dos 45 milhões de analfabetos da América Latina: 31 milhões de brasileiros não sabem ler nem escrever e, além disso, cerca de nove milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora da escola, candidatando-se a aumentar o total de analfabetos que, hoje, chega a 4% dos 900 milhões em todo o mundo. O documento começa com frases ilegíveis, escritas com letras trocadas, para que o leitor reaja como um analfabeto ao deparar-se com um texto. "Queremos sensibilizar a sociedade para a situação do nosso país", explica o professor José Eustáquio Romão, vice-presidente da comissão.

No mesmo panorama, o Brasil aparece com uma população onde metade das pessoas não está preparada para enfrentar "a complexidade" do sistema produtivo, onde estão catalogadas 35 mil profissões. Além disso, se o percentual de analfabetos brasileiros caiu da década de 70 para a de 80, em números absolutos houve um aumento considerável. Nos anos 70, os 19 milhões de analfabetos contabilizados representavam 30% da população. Hoje, embora o percentual tenha caído para 27%, não se conseguiu acompanhar o acelerado crescimento populacional e o Brasil ficou com 12 milhões a mais de analfabetos.

Alfabetizar e Libertar defende "uma nova concepção de alfabetização", onde se parte do princípio de que qualquer pessoa é capaz de ensinar e aprender. "Queremos acabar com a concepção da escola como um celeiro de analfabetos, já que reprova mais de 50% de quem entra", explica Romão. Para colocar essas idéias em prática, o documento traz um cronograma de ação para se criar um programa de alfabetização pelos próximos dez anos.

Para fevereiro, estão programados debates em todos os 4.445 municípios brasileiros, reunindo representantes de entidades educacionais. Nesses encontros, os municípios atualizarão seus diagnósticos em educação, apontando os principais problemas e farão propostas. Em abril e maio, essas propostas se consolidarão em um único documento por estado para, em julho, chegar-se a uma política nacional de educação básica, num encontro em Brasília de representantes estaduais. "Vamos, finalmente, formular alguma coisa a partir do que é resolvido de baixo para cima", diz o professor Romão.

No documento único que deve resultar desses encontros, Romão explica que não se exigirá um consenso de todas as entidades educacionais brasileiras, mas a consolidação de propostas. "Pode ser que achemos viável ensinar o seringueiro a conhecer a cotação da borracha na Bolsa de Londres, para não ser explorado. Um aprendizado que, para o aluno do Sul, não terá valor", exemplifica o professor. Ele admite que "o Brasil é um cemitério de leis" e acredita que o cumprimento desta política nacional de educação dependerá "de mobilização e organização."